



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

## RELATÓRIO Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 44, de 2021 (nº 494, de 2021, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Nicarágua.*

Relatora: Senador **SORAYA THRONICKE**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Nicarágua.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O Sr. BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA nasceu em 13 de dezembro de 1958 no Rio de Janeiro (RJ). Graduiu-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em



SF/21073.50193-89

1981, e possui mestrado em Política Exterior e Diplomacia (2021) pela Universidad de Defensa de Honduras.

Ingressou na carreira diplomática em 1988. Concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1997 e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2006, com a tese “Os Estados Unidos e a Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas: A Evolução da Posição Norte-Americana e seus Efeitos sobre a Candidatura Brasileira a Membro Permanente do CSNU”.

No Brasil, atuou em diversas áreas do Itamaraty. Foi assistente da Divisão de Ásia e Oceania II (1989-1990), assessor dos Departamentos da Ásia e Oceania (1990) e das Américas (1990-1991), subchefe da Divisão de América Central e Setentrional (1999-2003) e chefe da Divisão de Recursos Energéticos Não Renováveis (2008-2010).

No exterior, serviu nas Embaixadas do Brasil em Lagos (1991-1993), Londres (1993-1996), Caracas (1996-1999), Washington (2003-2006) e Assunção (2006-2008), além de ter sido ministro-conselheiro na Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (2012-2016) e embaixador do Brasil em Tegucigalpa (desde 2016).

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Nicarágua, o qual informa acerca das relações bilaterais desse país com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

A grave crise política pela qual a Nicarágua passa desde 2018 tem exercido impacto relevante na inserção internacional do país. Afora seus tradicionais aliados, notadamente Cuba e Venezuela, o regime sandinista vem enfrentando progressivo isolamento externo, cuja face mais ostensiva – para além das condenações em foros multilaterais, com destaque para a OEA e o Conselho de Direitos Humanos da ONU – é a recorrente aplicação de sanções, em especial pelos Estados Unidos e a União Europeia e, em menor medida, por Canadá, Suíça e Reino Unido.

Em razão de seu isolamento internacional, a Nicarágua tem procurado diversificar suas relações externas, buscando alternativas ao grande peso relativo dos Estados Unidos na América Central, bem como ao



papel da União Europeia em iniciativas de cooperação. Nesse contexto, aprofundou seus laços com Venezuela e Cuba, no âmbito da ALBA, assim como tem buscado o apoio da Federação Russa, do Irã e da Turquia, principalmente.

Sendo um dos poucos países do globo que ainda reconhecem Taiwan, a Nicarágua tem-se beneficiado da cooperação formosina, que, com a retração de outros parceiros tradicionais como a UE e os EUA, transformou-se na principal fonte de cooperação bilateral, cujo aporte não reembolsável já se aproxima a US\$ 25 milhões anuais.

Apesar dessa estratégia de diversificação, os Estados Unidos seguem no papel de principal parceiro comercial e inescapável referência da política externa da Nicarágua.

Mesmo depois da longa série de anos de crescimento acentuado, a Nicarágua figura como o segundo país mais pobre das Américas, atrás apenas do Haiti. No último ranking do IDH, publicado em 2020, a Nicarágua figurou em 128º na lista, abaixo do que ficara no ano anterior (126º). O desemprego e o subemprego são problemas crônicos enfrentados pelo país. Apenas em 2016 o PIB per capita da Nicarágua superara o valor (atualizado) que tinha em 1978, último ano da era Somoza.

Hoje, com a retração econômica, outra vez esse indicador voltou a ser inferior ao que fora alcançado na era Somoza. Evidentemente, agora a Nicarágua possui uma população muito maior e desfruta de uma distribuição de riqueza menos desigual, ainda que siga sendo bastante desigual.

A conjuntura de crise política, desde 2018, interrompeu bruscamente a tendência de crescimento da economia nicaraguense. Em 2015, o crescimento anual do PIB fora de 4,8%, valor que oscilou para 4,6%, em 2016, e os mesmos 4,6%, em 2017. Já em 2018, o PIB sofreu uma queda de 3,4 %, e novas quedas de 3,7%, em 2019, e 2,0%, em 2020. 21. Com a crise, os investimentos estrangeiros foram paralisados, a atividade turística reduziu-se a quase zero (perda de US\$ 420 milhões em receita e de 130 mil empregos, apenas em 2018), e o comércio e a construção civil foram igualmente prejudicados. Projeções do governo nicaraguense para 2021 indicam crescimento do PIB de 2,5%, devido a incremento dos gastos públicos, das remessas, dos investimentos estrangeiros diretos e das exportações.



Tendo em vista as dificuldades de comunicação direta, o reduzido tamanho do mercado nicaraguense e a pouca competitividade dos produtos nicaraguenses no mercado brasileiro, o comércio Brasil-Nicarágua é modesto, estruturalmente desequilibrado em favor do Brasil e concentrado, de lado a lado, em poucos produtos. Como resultado da crise política e da emergência sanitária no país centro-americano, o total comercializado entre os dois países vem-se reduzindo de forma significativa. Com a retomada da economia nicaraguense, prevista já para 2021 e mais fortemente a partir de 2022, a expectativa é de que essa tendência negativa se reverta.

Em 2017, o fluxo total de comércio alcançou US\$ 116,7 milhões, respondendo as exportações brasileiras para a Nicarágua por US\$ 113,7 milhões desse total. No ano seguinte, houve uma pequena variação negativa para US\$ 113,9 milhões no total do comércio, com US\$ 94,8 milhões de exportações brasileiras.

Em 2019, o fluxo de comércio bilateral totalizou US\$ 73,6 milhões. As exportações brasileiras somaram US\$ 69,5 milhões, ao passo que as importações brasileiras totalizaram US\$ 4,1 milhões. A balança bilateral registrou superávit para o Brasil de US\$ 65,4 milhões.

A pauta exportadora para a Nicarágua foi composta, naquele ano, de milho não moído (39%); máquinas agrícolas (6,9%); café torrado, extratos, essências e concentrados de café (3,1%); e tratores (3%). A pauta importadora compôs-se sobretudo de resíduos de metais de base não ferrosos e de sucata (53%); calçados (17%); frutas, preservados e preparações (10%); e matérias brutas de animais (7%).

Em 2020, o fluxo de comércio bilateral totalizou US\$ 64, milhões (decréscimo de 13% em relação a 2019). As exportações brasileiras somaram US\$ 62 milhões (queda de 10%), ao passo que as importações brasileiras totalizaram US\$ 2 milhões (queda de 63%). A pauta exportadora para a Nicarágua no período foi composta de arroz (14,7%) milho (9,1%); café torrado, extratos, essências e concentrados de café (8,2%); máquinas e aparelhos para colheita (6,8%) e tratores (4,8%). A pauta importadora foi composta sobretudo de resíduos de alumínio (53,5%); roupas e calçados (12,1%) e charutos, cigarrilhas e cigarros de tabaco (10,1%).

O Brasil tem privilegiado o relacionamento com a Nicarágua no âmbito da OEA, mantendo-se as relações propriamente bilaterais em



compasso de espera até que se alcance alguma forma de acomodação interna.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

